

# TRIBUNA

CONTEÚDO, PARCERIA E RESULTADO

QUARTA-FEIRA  
08 DE MAIO DE 2024



EDIÇÃO  
DIGITAL



# PUBLICIDADE LEGAL

WhatsApp ( 4 1 ) 9 9 9 7 3 7 6 8 8

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br



Biológicos:  
a evolução natural para  
a agricultura regenerativa.

BIOTROP.  
A escolha  
NATURAL

www.biotrop.com.br

TOTAL BIOTECNOLOGIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A.

07.483.401/0001-99

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. apresenta-lhes o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em atendimento à Lei 6.404/76 e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, convergentes com as normas internacionais, compreendendo o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2023 e encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas pelo Relatório dos Auditores Independentes.

**1. Mensagem da administração** - Mesmo diante de um ano repleto de desafios, que envolveu desde fatores climáticos, mudanças regulatórias/tributárias com impacto significativo no agronegócio brasileiro, os resultados da Total Biotecnologia em 2023 foram muito positivos, principalmente pelo trabalho focado na eficiência, na flexibilidade e na estratégia comercial. Seguimos a ampliação de nossa nova planta industrial de bactérias em Curitiba/PR (Site 2) que tem como previsão de conclusão da obra em março de 2024 e, na construção de nova planta de fungos em Jaguariúna/SP. Também continuamos progredindo com foco em pesquisa e desenvolvimento de soluções inovadoras, com o objetivo de contribuir para uma agricultura mais sustentável, saudável e regenerativa. A entrega, os esforços e o foco de nossas equipes, nos permitem continuar crescendo de maneira consistente e sustentada, bem como consolidar a Companhia como uma referência no mercado.

**2. Descrição dos Negócios** - A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem como objeto social e atividade preponderante a produção e comercialização de fertilizantes, inoculantes, biofertilizantes e aditivos para a agricultura e alimentação animal. Assim, os produtos desenvolvidos pela Companhia são voltados para o manejo de culturas de grãos, cana-de-açúcar, algodão, café, hortaliças e frutas, destinando-se à fixação biológica do nitrogênio, à promoção do enraizamento e crescimento das plantas e à proteção dos cultivos. A Companhia atua por meio da ação direta de sua área comercial e por meio de distribuidores agrícolas com atuação em todo o território nacional. A Total Biotecnologia realiza vendas a quatro principais grupos de clientes, quais sejam: (a) agricultores (clientes finais), (b) distribuidores agrícolas independentes, (c) clientes no exterior (exportações) e (d) outras indústrias em regime de tolling e venda B2B. O atendimento ao mercado brasileiro compreende todo o território nacional e as exportações têm como destino, por ordem de grandeza, os vizinhos Paraguai, Argentina e Bolívia.

**3. Resultados do ano** - Os destaques do resultado de 2023 foram os seguintes:

**a) Crescimento da receita** - O crescimento da

receita foi o principal impulsionador do resultado obtido no exercício, houve um crescimento expressivo em comparação ao ano anterior.

Canal	Receita Bruta - R\$ mil						Total
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Especialidades próprias	344.943	212.785	71.213	18.410	10.070	4.089	235.285
Especialidades de terceiros	66.838	49.636	2.526	1.398	1.069	102	51.136
Inoculantes	46.628	43.281	67.339	34.408	5.110	1.752	119.077
<b>Total</b>	<b>458.409</b>	<b>305.702</b>	<b>141.078</b>	<b>54.216</b>	<b>16.249</b>	<b>5.944</b>	<b>615.736</b>
<b>Crescimento</b>	<b>50%</b>		<b>160%</b>		<b>173%</b>		<b>68%</b>

Canal	Volume - mil litros						Total
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Especialidades próprias	3.492	2.159	1.865	616	242	186	5.599
Especialidades de terceiros	647	530	83	12	5	4	736
Inoculantes	1.806	1.690	3.465	1.803	80	60	5.351
<b>Total</b>	<b>5.945</b>	<b>4.379</b>	<b>5.413</b>	<b>2.431</b>	<b>328</b>	<b>250</b>	<b>11.686</b>
<b>Crescimento</b>	<b>36%</b>		<b>123%</b>		<b>31%</b>		<b>66%</b>

**b) Custos sobre controle** - O crescimento dos custos foi proporcional ao aumento de vendas e com isso conseguimos manter a margem percentual do ano anterior.

Canal	Custos - R\$ mil						Total
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	
Especialidades próprias	31.830	16.960	14.634	5.288	3.735	1.859	50.198
Especialidades de terceiros	23.400	18.713	1.229	794	316	38	24.946
Inoculantes	16.738	14.799	30.125	17.533	1.484	525	48.347
Custos logísticos e outros custos	14.707	4.201	9.398	1.965	1.131	202	25.235
<b>Total</b>	<b>86.674</b>	<b>54.672</b>	<b>55.386</b>	<b>25.580</b>	<b>6.666</b>	<b>2.624</b>	<b>148.726</b>
<b>Crescimento</b>	<b>59%</b>		<b>117%</b>		<b>154%</b>		<b>79%</b>

**c) Gerenciamento do fluxo de caixa** - A gestão de caixa da Companhia propiciou uma melhoria no resultado financeiro. Conseguimos equilibrar os gastos financeiros necessários para financiar o nosso prazo de recebimento.

**4. Responsabilidade Socioambiental** - Para potencializar o impacto da atuação sustentável foi criado em 2021 o Framework de Finanças Verdes ("Framework") para promover investimentos que tenham uma adicionalidade ambiental e estejam alinhados aos princípios de gestão sustentável do meio ambiente. A Companhia pretende usar o Framework como um "guarda-chuva" para financiar e refinanciar captações verdes por meio da emissão de instrumentos financeiros incluindo títulos e/ou empréstimos, no mercado de capitais, mercado bancário e/ou com multilaterais e agências de fomento. Foi realizado uma atualização do Green Bond Finance de setembro de 2021 e revisado em novembro de 2023, com respeito ao atendimento dos Princípios de Green Bonds da International Capital Market Association (ICMA). E com base na verificação realizada por nós e as evidências obtidas, somos da opinião que o Framework é aderente aos Princípios de Green Bonds da ICMA e, portanto, está apto a ser utilizado em operações de dívida futura feitas no âmbito do mercado de capitais doméstico ou internacional. Em 2022 e 2023, conforme exigência, foi realizada verificação de uso do recurso, na fase de pós missão para as dívidas tomadas em 2021 e 2022 e com base na verificação realizada e nas evidências obtidas, tivemos

parecer favorável, ou seja, O Bureau Veritas Certification Brasil (Bureau Veritas) constatou que o Relatório de Acompanhamento sobre a emissão das Debêntures Verdes presta contas de forma adequada em todos os seus aspectos, de acordo com os requisitos aplicáveis. Os recursos utilizados no período analisado, apresentados no Relatório de Acompanhamento, foram aplicados de acordo com as premissas definidas em 2021, registradas na SPO pré-emissão e dizem respeito aos projetos e atividades da Total Biotecnologia. Adicionalmente, o escopo e características dos projetos descritos, atendem aos critérios de elegibilidade e atendem seis dos princípios de sustentabilidade das Nações Unidas. Em 2023 a Companhia emitiu 150 milhões de reais de debêntures verdes de longo prazo. Nosso portfólio de produtos segue uma rigorosa conduta de controle de qualidade e geração mínima possível de efluentes e resíduos industriais. Atualmente, 95% da água utilizada no processo produtivo se torna nosso produto acabado, evitando o desperdício e descarte de efluentes. Quando há geração de efluentes, por algum desvio de processo, todo o resíduo é coletado e destinado por empresas devidamente credenciadas e autorizadas pelos órgãos reguladores para correto tratamento e destinação, emitindo um certificado de destinação que segue a legislação ambiental vigente para descarte de efluentes e resíduos. Nossos resíduos sólidos e contaminados são encaminhados a nossa central

de resíduos e são devidamente coletados por empresas credenciadas. Papel, papelão e alumínio são vendidos para empresa parceira de reciclagem. Para esse acompanhamento possuímos um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) que é atualizado anualmente para que possamos manter maior controle do que é gerado e a melhor forma de destinação. Seguimos o Environment and Social Action Plan (ESAP), que é um conjunto de ações ESG que nos ajudam a manter as questões ambientais, sociais e governança alinhadas com reuniões mensais de acompanhamento por um comitê multidisciplinar de colaboradores e consultores. Em 2023, a Companhia conquistou a classificação ouro na avaliação realizada pela Ecovadis, empresa conhecida como a maior e mais confiável fornecedora mundial de classificações de sustentabilidade empresarial, que possui uma rede global de mais de 75.000 empresas avaliadas. É a terceira vez que participa da avaliação com evolução a cada ano: bronze em 2021, prata em 2022 e agora o tão desejado Ouro, demonstrando sua intensificação e atuação no âmbito de Responsabilidade Social Empresarial e Sustentável. O que significa que estamos entre os 5% das empresas mais sustentáveis do mundo.

**A Companhia possui outras frentes de atuação:**

**Pacto Global das Nações Unidas** - Em 2022 tornou-se signatária do Pacto Global das Nações Unidas, afirmando seu compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, tornando-se neutra em relação as suas emissões de gases de efeito estufa proveniente da fabricação de seus produtos, através da aquisição de créditos de carbono;

**Logística Reversa** - Praticamos a logística reversa de nossas embalagens de defensivos agrícolas através da empresa InPEV. Nossos clientes utilizam os defensivos agrícolas e devolvem suas embalagens vazias nas 421 unidades de recebimento do sistema do InPEV que faz a destinação ambientalmente correta destes resíduos;

**EuReciclo** - Aderimos juntamente com a empresa EuReciclo, a um programa de logística reversa que compensa 100% das embalagens que geramos na venda de nossos produtos. Através do apoio financeiro a cooperativas de reciclagem, mitigamos o impacto ambiental de nossas embalagens pós consumo e recebemos em troca Certificados de Reciclagem.

**Lixo Zero** - Firmamos compromisso com Instituto Lixo Zero Brasil. Os princípios para o Lixo Zero incluem o uso do Princípio da Precaução antes de introduzir novos produtos e processos, a fim de evitar a geração de resíduos tóxicos ou desperdício, diminuir a geração de resíduos tóxicos ou desperdício, diminuir a geração de seus resíduos destinados a aterros e incineração. Outro princípio importante é a prevenção da poluição e redução do desperdício, onde redesenham seus sistemas de produção e distribuição para evitar o uso excessivo de recursos naturais. A Companhia, em 2022, tornou-se signatária do Pacto Global, iniciativa da Organização das Na-

ções Unidas (ONU) que reúne empresas, organizações da sociedade civil e governos para promover os Dez Princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anti-corrupção e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Companhia neutralizou as emissões de gases de efeito estufa que foram emitidos no período de 2022 sob as nossas atividades através da aquisição de créditos de carbono. Ao comprar créditos de carbono, a Companhia compensa nossas emissões de GEE, tornando-se "carbono neutro". Essa prática ajuda a direcionar recursos financeiros para ações que contribuam para a redução líquida de emissões em escala global, mesmo que as emissões não sejam reduzidas diretamente onde ocorre a compra dos créditos. O projeto que apoiamos trata da substituição do uso de combustíveis fósseis através da geração de energia renovável na usina hidrelétrica PCH Itaguçu. A PCH Itaguçu está localizada na cidade de Pitanga no Estado do Paraná, e, tem uma capacidade de geração de 14,22MW. A Companhia e o Instituto Lixo Zero Brasil firmaram um compromisso em prol do Lixo Zero, seguindo princípios fundamentais para alcançar o Triple Bottom Line, que consiste em garantir simultaneamente desempenho social, ambiental e econômico. Os princípios para o Lixo Zero incluem o uso do Princípio da Precaução antes de introduzir novos produtos e processos, a fim de evitar a geração de resíduos tóxicos ou desperdício, diminuir a geração de seus resíduos destinados a aterros e incineração, depositando apenas 10% ou menos nesses destinos finais. Outro princípio importante é a prevenção da poluição e redução do desperdício, onde redesenham seus sistemas de produção e distribuição para evitar o uso excessivo de recursos naturais. Avalia continuamente os mercados fornecedores e consumidores para recuperar o maior valor possível dos produtos descartados e embalagens. A Companhia procura eliminar o uso de materiais tóxicos nos processos de produção e comercialização, optando por produtos mais seguros e com viabilidade técnica para reciclagem. Como próximas atividades, está prevista a realização de auditoria para emissão da Certificação Lixo Zero, demonstrando o compromisso da empresa com a sustentabilidade ambiental e o manejo adequado dos resíduos. Para saber mais detalhes de cada tópico acesse: <https://biotrop.com.br/esgl>.

**4. Agradecimentos** - Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e Diretores pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da companhia. Nossos reconhecimento à dedicação e ao empenho do quadro funcional e, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da nossa missão.

Curitiba, 16 de abril de 2024.

A Administração

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais 31 de dezembro				Demonstração do resultado				Demonstração do resultado abrangente			
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022		2023	2022	
Circulante				Circulante				<b>Lucro líquido do exercício</b>	85.635	30.939	
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.340	89.676	Fornecedores	13	26.483	16.687	Outros componentes do resultados abrangentes			-
Aplicação com restrição de movimentação	5.1	532	-	Obrigações tributárias	14	16.267	3.501	<b>Resultado abrangente do exercício</b>	85.635	30.939	
Contas a receber de clientes	6	341.501	191.991	Obrigações sociais e trabalhistas	15	41.646	24.047				
Estoque	7	45.453	28.826	Passivo de arrendamento	16	11.027	2.284				
Impostos e contribuições a recuperar	8	19.521	11.269	Empréstimos e financiamentos	17	113.595	104.797				
Outros ativos		7.666	2.693	Dividendos a pagar	19	1.538	501				
		465.013	324.455	Provisões	18	42.919	26.804				
				Adiantamentos de clientes e outros		4.743	1.456				
						258.218	180.077				
Não Circulante				Não circulante							
Realizável a longo Prazo				Passivo de arrendamento	16	52.785	1.617				
Aplicação com restrição de movimentação	5.1	263	-	Empréstimos e financiamentos	17	300.844	227.288				
Depósitos judiciais		174	137	Partes relacionadas	19	10.316	10.300				
Partes relacionadas	19	1.700	4.400	Provisões	18	983	622				
Tributos diferidos	9	16.832	12.780			364.928	239.827				
		18.969	17.317			623.146	419.904				
Imobilizado	10	116.394	57.039	Total do passivo							
Intangível	11	130.644	107.634	Patrimônio líquido	20						
Direito de uso	12	61.290	3.208	Capital social		29.030	5.030				
		327.297	185.198	Opção de pagamento baseado em ações		310	2.790				
		792.310	509.653	Reserva de capital		13.274	24.476				
				Reserva de lucros		126.550	57.453				
				Total do patrimônio líquido		169.164	89.749				
				Total do passivo e do patrimônio líquido		792.310	509.653				

Demonstração das mutações do patrimônio líquido				Reservas de lucros				Lucros a disposição da Assembleia			
	Nota	Capital social	Opção de pagamento baseado em ações	Reserva em de capital	Incen-tivos Le-gais fiscais	Inves-timen-tos	disposi-ção da Assem-bleia	Lucros acumu-lados	Total		
	20.704	-	-	24.000	3.978	11.626	-	-	73.781		
Em 31 de dezembro de 2021											
Redução de capital pelos efeitos de incorporação reversa de sua controladora											
Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda., conforme AGE de 28/02/2022	20.1/20.5	(15.674)	1.659	-	-	-	-	-	(1.586)	(15.601)	
Opção de pagamento baseado em ações	20.5	-	1.131	-	-	-	-	-	-	1.131	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20.4(b)	-	-	-	-	19.367	-	-	(19.367)	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	30.939	30.939	
Destinação do lucro:											
Constituição de reservas	20.4(a)	-	-	-	1.547	-	-	-	(1.547)	-	
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3	-	-	-	-	-	-	-	(501)	(501)	
Reservas estatutárias	20.4(c)	-	-	476	-	-	-	-	(476)	-	
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)	-	-	-	-	-	-	-	7.462	(7.462)	
		5.030	2.790	24.476	5.525	30.993	-	20.935	-	89.749	
Em 31 de dezembro de 2022											
Aumento de capital mediante capitalização de reserva de capital, conforme AGE de 16/04/2023	20.1	24.000	-	(24.000)	-	-	-	-	-	-	
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 7/06/2023	20.3	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)	
Opção de pagamento baseado em ações (Stock Options)	20.5	-	10.318	-	-	-	-	-	-	10.318	
Realização da Opção de pagamento baseado em ações (Stock Options)	20.2	-	(12.798)	12.798	-	-	-	-	-	-	
Constituição de reserva de incentivos fiscais	20.4(b)	-	-	-	-	54.873	-	-	(54.873)	-	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	85.635	85.635	
Destinação do lucro:											
Dividendos mínimos obrigatórios	20.3	-	-	-	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)	
Constituição de reserva legal	20.4(a)	-	-	-	281	-	-	-	(281)	-	
Constituição de investimentos	20.4(c)	-	-	-	-	-	1.538	-	(1.538)	-	
Reserva de retenção de lucros	20.4(d)	-	-	-	-	-	-	-	27.405	(27.405)	
		29.030	310	13.274	5.806	85.866	1.538	33.340	-	169.164	
Em 31 de dezembro de 2023											

selho de Administração da Companhia; ii) a alteração do endereço da sede da Companhia, a conversão da totalidade das ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada 1 (uma) ação preferencial classe A, sem importar em qualquer alteração do valor do capital social da Companhia, com a consequente alteração do art. 5º do Estatuto Social, a reforma integral e consolidação do novo Estatuto Social da Companhia; e, iii) a autorização para a administração da Companhia praticar qualquer ato e firmar quaisquer documentos que se fizerem necessários à efetivação das deliberações tomadas na presente Assembleia Geral Extraordinária. Estas alterações foram decorrentes da mudança de controle acionário ocorrida na Biotrop, que teve ainda como consequência a liquidação do plano de opções baseado em ação do Grupo (Nota 20.5).

**1.2 Responsabilidade Socioambiental** - Visando potencializar o impacto sustentável da Companhia, em 2021 foi concluído o Framework dos Princípios de Green Bonds do ICMA (*International Capital Market Association*) subs-

Balancos patrimoniais 31 de dezembro				Demonstração do resultado				Demonstração do resultado abrangente								
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022		2023	2022						
Circulante				Circulante				Lucro líquido do exercício	85.635	30.939						
Caixa e equivalentes de caixa	5	50.340	89.676	Fornecedores	13	26.483	16.687	Outros componentes do resultados abrangentes								
Aplicação com restrição de movimentação	5.1	532	-	Obrigações tributárias	14	16.267	3.501	Resultado abrangente do exercício	85.635	30.939						
Contas a receber de clientes	6	341.501	191.991	Obrigações sociais e trabalhistas	15	41.646	24.047									
Estoque	7	45.453	28.826	Passivo de arrendamento	16	11.027	2.284									
Impostos e contribuições a recuperar	8	19.521	11.269	Empréstimos e financiamentos	17	113.595	104.797									
Outros ativos		7.666	2.693	Dividendos a pagar	19	1.538	501									
		465.013	324.455	Provisões	18	42.919	26.804									
				Adiantamentos de clientes e outros		4.743	1.456									
						258.218	180.077									
Não Circulante				Não circulante												
Realizável a longo Prazo				Passivo de arrendamento	16	52.785	1.617									
Aplicação com restrição de movimentação	5.1	263	-	Empréstimos e financiamentos	17	300.844	227.288									
Depósitos judiciais		174	137	Partes relacionadas	19	10.316	10.300									
Partes relacionadas	19	1.700	4.400	Provisões	18	983	622									
Tributos diferidos	9	16.832	12.780			364.928	239.827									
		18.969	17.317			623.146	419.904									
Imobilizado	10	116.394	57.039	Total do passivo	20											
Intangível	11	130.644	107.634	Patrimônio líquido												
Direito de uso	12	61.290	3.208	Capital social		29.030	5.030									
		327.297	185.198	Opção de pagamento baseado em ações		310	2.790									
Total do ativo		792.310	509.653	Reserva de capital		13.274	24.476									
				Reserva de lucros		126.550	57.453									
				Total do patrimônio líquido		169.164	89.749									
				Total do passivo e do patrimônio líquido		792.310	509.653									
Notas explicativas da diretoria às demonstrações financeiras				Demonstração das mutações do patrimônio líquido												
1 Contexto operacional - 1.1 Informações gerais - A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Total Bio" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, está sediada na cidade de Curitiba, estado do Paraná, e tem como objeto social e atividade preponderante a produção e comercialização de fertilizantes, inoculantes, biofertilizantes e aditivos para a agricultura e alimentação animal. Assim, os produtos desenvolvidos pela Companhia são voltados para o manejo de culturas de grãos, cana-de-açúcar, algodão, café, hortaliças e frutas, destinando-se à fixação biológica do nitrogênio, à promoção do enraizamento e crescimento das plantas e à proteção dos cultivos. A Companhia atua por meio da ação direta de sua área comercial e por meio de distribuidores agrícolas com atuação em todo o território nacional. A Total Bio realiza vendas a quatro principais grupos de clientes, quais sejam: (a) agricultores (clientes finais), (b) distribuidores agrícolas independentes, (c) clientes no exterior (exportações) e (d) outras indústrias em regime de tolling e venda B2B. O atendimento ao mercado brasileiro compreende todo o território nacional e as exportações têm como destino, por ordem de grandeza, os vizinhos Paraguai, Argentina e Bolívia. Em 22 de novembro de 2018, o controle societário da Companhia foi adquirido pela Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda. ("Biotrop Ltda.") por meio de aquisição de ações e de integralização de capital que, em conjunto, representou a participação majoritária de 92,5%. A partir da mudança de controle societário a Controladora e a Companhia ("Grupo") iniciaram uma série de mudanças na Administração com foco em expandir e fortalecer a atuação comercial e estratégica da Total Bio, bem como a implementação de processos de governança, visando crescimento e aumento do valor da Companhia, além do forte compromisso de desenvolvimento tecnológico, social, ambiental e econômico. Em abril de 2021, a Biotrop Ltda. adquiriu a participação dos acionistas minoritários e passou a ter controle integral (100%) da Companhia. Em 28 de fevereiro de 2022, em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), os acionistas da Total Bio deliberaram a incorporação reversa integral do patrimônio da sua então controladora Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda., cujo acervo está apresentado abaixo:				Reservas de lucros												
				Opção de pagamento baseado em ações				Lucros a disposição da Assembleia								
				Nota	Capital social	Reserva de capital	Le-gal	Incentivos fiscais	Inves-timen-tos	Lucros acumulados	Total					
					20.704	-	24.000	3.978	11.626	-	13.473	-	73.781			
Em 31 de dezembro de 2021																
Redução de capital pelos efeitos de incorporação reversa de sua controladora																
Biotrop Soluções Biológicas e Participações Ltda., conforme AGE de 28/02/2022				20.1/20.5	(15.674)	1.659	-	-	-	-	(1.586)	(15.601)				
Opção de pagamento baseado em ações				20.5	-	1.131	-	-	-	-	-	1.131				
Constituição de reserva de incentivos fiscais				20.4(b)	-	-	-	-	19.367	-	(19.367)	-				
Lucro líquido do exercício					-	-	-	-	-	-	30.939	30.939				
Destinação do lucro:																
Constituição de reservas				20.4(a)	-	-	-	1.547	-	-	(1.547)	-				
Dividendos mínimos obrigatórios				20.3	-	-	-	-	-	-	(501)	(501)				
Reservas estatutárias				20.4(c)	-	-	476	-	-	-	(476)	-				
Reserva de retenção de lucros				20.4(d)	-	-	-	-	-	7.462	(7.462)	-				
Em 31 de dezembro de 2022					5.030	2.790	24.476	5.525	30.993	-	20.935	-	89.749			
Aumento de capital mediante capitalização de reserva de capital, conforme AGE de 16/04/2023				20.1	24.000	-	(24.000)	-	-	-	-	-				
Dividendos adicionais deliberados no exercício, conforme AGO de 7/06/2023				20.3	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)			
Opção de pagamento baseado em ações (Stock Options)				20.5	-	10.318	-	-	-	-	-	-	10.318			
Realização da Opção de pagamento baseado em ações (Stock Options)				20.2	-	(12.798)	12.798	-	-	-	-	-	-			
Constituição de reserva de incentivos fiscais				20.4(b)	-	-	-	-	54.873	-	(54.873)	-				
Lucro líquido do exercício					-	-	-	-	-	-	85.635	85.635				
Destinação do lucro:																
Dividendos mínimos obrigatórios				20.3	-	-	-	-	-	-	(1.538)	(1.538)				
Constituição de reserva legal				20.4(a)	-	-	-	281	-	-	(281)	-				
Constituição de investimentos				20.4(c)	-	-	-	-	1.538	-	(1.538)	-				
Reserva de retenção de lucros				20.4(d)	-	-	-	-	-	27.405	(27.405)	-				
Em 31 de dezembro de 2023					29.030	310	13.274	5.806	85.866	1.538	33.340	-	169.164			
Ativo circulante					54.466											
Ativo Não circulante					157.872											
Passivo circulante					(47.608)											
Passivo não circulante					(84.884)											
Acervo líquido					79.846											
Como resultado da incorporação reversa, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 15.674, conforme demonstrado abaixo:																
Acervo Líquido Biotrop					79.846											
(-) Eliminação do investimento da Total Bio na Biotrop					(77.861)											
(-) Opção de pagamento baseado em ações (a)					(1.659)											
(-) Adiantamento para futuro aumento de capital convertido em Empréstimo (b)					(16.000)											
Redução do capital					(15.674)											
Como resultado da incorporação reversa, o controlador da Total Bio, passou a ser A Biotrop Participações S.A. ("Biotrop" ou "Controladora"). (a) O saldo da conta "Opção de pagamento baseado em ações", que fazia parte do Acervo Líquido da Biotrop apurado no Laudo de incorporação, foi registrado na mesma rubrica no Patrimônio líquido da Companhia. (b) O saldo da conta "Adiantamento para futuro aumento de capital", que fazia parte do Acervo Líquido da Biotrop apurado no Laudo de incorporação, foi convertido em empréstimo e registrado na rubrica "Partes relacionadas" no passivo não circulante da Companhia. Em 26 de dezembro de 2023, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), os acionistas da Biotrop deliberaram sobre: i) o conhecimento da renúncia dos atuais membros do Conselho de Administração da Companhia, a eleição de novos membros do Con-																



(continuação)

a maior parte do seu custo está relacionado a energia e mão de obra e fabrica locais. **1.4 Conflito entre Israel e Hamas** - O conflito entre Israel e o grupo armado extremista palestino Hamas pode afetar a economia brasileira através dos canais do petróleo e do câmbio, ambos se traduzindo em projeções de inflação maiores. Nos nossos produtos biológicos produzidos, não são utilizados matéria prima derivadas do petróleo, nossas fabricas prezam pela utilização de energia renovável e todos os parâmetros ambientais são monitorados e reportados aos órgãos ambientais brasileiros. **2 Declaração de conformidade e base de preparação - 2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes de avaliações serão iguais aos respectivos resultados reais. Uma descrição dessas estimativas e julgamentos está divulgada na Nota 3. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Companhia, nos termos previstos pelo estatuto social da Companhia, em 11 de abril de 2024. **2.2 Base de mensuração** - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando apresentado de outra forma. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, e também é a moeda funcional da Companhia. **2.4 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação - 2.4.1 Alterações de normas novas que estão em vigor** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao CPC 26(R1) - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. • Alteração ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao CPC 32 - Tributos diferidos: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. • Alteração ao CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **3 Uso de estimativas e julgamentos** - Na preparação destas demonstrações financeiras a diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente, conforme determinado pelas práticas contábeis aplicáveis. **3.1 Estimativas** - Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo. **(a) Provisões - (a.1) Provisão para descontos comerciais condicionais** - A Companhia promove campanhas comerciais a qual são seus premiados as vendas e funcionários das respectivas vendas por quilo ou litro do produto vendido e com galtilhos de crescimento de vendas sobre o ano anterior. Sendo assim as eventuais despesas decorrentes das campanhas são provisionadas para que o resultado não seja comprometido com despesas de exercícios anteriores. Adicionalmente, as campanhas vêm sendo pagas e a provisão revertida conforme competência de registro da despesa. **(a.2) Provisão para contingências** - A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da diretoria, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requer rem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. **(b) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e Intangível** - A Companhia utiliza as seguintes taxas de depreciação e amortização para os bens com vida útil definida em 31 de dezembro de 2023:

	Período de depreciação/ amortização (em meses)
Hardware	72
Máquinas e equipamentos	12
Móveis e utensílios	14
Veículos	5
Benfeitorias e eletrônicos	13
Software	12
Patentes e processos	7

A Companhia contratou empresa especializada para revisão da vida útil de seus ativos cuja avaliação foi concluída em dezembro 2023. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Administração não identificou indicativos de alteração relevante na vida útil de seus ativos. **(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida com base em uma análise individual dos clientes, levando em consideração os riscos de realização dos recebíveis. A provisão constituída é considerada suficiente pela diretoria para cobrir as perdas dos recebíveis de difícil realização. A realização desses ativos, cujos valores estão descritos na Nota 6, em alguns casos requer negociação e tempo por parte da Companhia. **(d) Perda (impairment) do ativo** - Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ativo, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 4.7, sendo os valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não identificou evidências de perda do valor recuperável do ativo. **(e) Taxa incremental sobre empréstimos do arrendamento** - A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, sendo os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Em 31 de dezembro de 2023, a taxa de média ponderada dos juros sobre os arrendamentos foi de 15,27% (13,19% em 31 de dezembro de 2022). A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo. A adoção do CPC 06 (R2) permite que a taxa incremental seja determinada para um agrupamento de contratos, uma vez que esta escolha está associada à validação de que os contratos agrupados possuem características similares. A Companhia adotou o referido expediente prático de determinar agrupamentos para seus contratos de arrendamento em escopo por entender que os efeitos de sua aplicação não divergem materialmente da aplicação aos arrendamentos individuais. O tamanho e a composição das carteiras foram definidos conforme as seguintes premissas: (a) ativos de naturezas similares e (b) prazos remanescentes com relação à data de aplicação inicial similares. **(f) Plano de opções de ações** - O cálculo do valor estimado das opções de ações requer elevado grau de julgamento e estimativas sobre o custo ponderado de capital, o crescimento de mercado, a participação

da Companhia no mercado, inflação, evolução dos custos, das despesas e outras variáveis na determinação dos valores provisionados. **(g) Subvenções governamentais** - A Companhia efetuou a exclusão de subvenções governamentais de ICMS, com base no Convênio 100/97, da base de cálculo do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL). Tal benefício encontra-se fundamentado na Lei Complementar 160/2017, a qual alterou a Lei 12.973/2014, e em parecer de escritório jurídico. Os valores subvencionados são mantidos em reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 30 da Lei 12.973/2014. **3.2 Mensuração do valor justo** - Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, especialmente considerando prazo e natureza. A Companhia apresentou os instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações por nível como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivativos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). A determinação do valor justo ("*fair value*") dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e o preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de precificação no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há instrumentos financeiros classificados como nível 2 ou nível 3. A Companhia avaliou na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). **4 Políticas contábeis materiais** - As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente desde a constituição da Companhia. **4.1 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **4.2 Contas a receber** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*"). A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Em relação à provisão para crédito de liquidação duvidosa: (i) Para títulos com vencidos a mais de 90 dias, sem garantia real, são provisionados um percentual crescente conforme o tempo de vencimento conforme divulgado na Nota 6. A Companhia também determina o valor das perdas já conhecidas, ou seja, as perdas com base na recuperação judicial, concordata, com pedido de falência, ou com dificuldades financeiras, estabelece também um valor adicional para "perdas estimadas" dos recebíveis a vencer de 0,5%, (ii) a PCLD deve ser revisada mensalmente com base nos novos eventos ocorridos; (iii) os valores que compõe a PCLD serão enquadrados nas regras de acordo com a legislação brasileira, as operações em outros países podem e devem alterar este procedimento de acordo com as legislações locais; e (iv) casos de exceções são não feitos somente com a aprovação da diretoria financeira. O valor presente é calculado com base na taxa de juros, baseada na SELIC conforme determinado pela Companhia. A quantificação do ajuste a valor presente para contas a receber e receitas de venda é efetuada com base exponencial "pro rata" dia, sendo as reversões dos juros descontados apropriadas à rubrica "Receitas financeiras". **4.3 Estoques** - Os estoques de matérias-primas são avaliados pelo custo de aquisição, líquido dos impostos compensáveis, quando aplicáveis, e os produtos acabados e acabados são avaliados pelo custo médio de fabricação, que não excedem o valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para a conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos, quando aplicáveis, são constituídas, com base na antiguidade ou nas expectativas de mercado, em montante considerado suficiente pela diretoria para cobrir prováveis perdas na realização e obsolescência dos estoques. **4.4 Imobilizado** - O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição de formação ou construção, e reduzidos ao valor de recuperação dos ativos, quando necessário. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica estimada dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenções sem impacto na vida útil econômica dos ativos e os itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesas quando realizados. Quando aplicável, é efetuada provisão para redução ao valor de realização dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **4.5 Intangível - Os softwares** adquiridos de terceiros são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados pelo método linear. Nas demonstrações financeiras, o intangível inclui a mais valia sobre a carteira de clientes e a mais valia sobre relação contratual com base no valor justo apurado no laudo de alocação do preço pago na combinação de negócios ("laudo do PPA"). A mais valia é amortizada pelo método linear com base na vida útil econômica definida no laudo do PPA. O ativo ("*goodwill*") resultante na combinação de negócios é representado pela diferença entre o valor justo da contraprestação transferida pela aquisição do investimento e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ativo é subsequentemente mensurado pelo custo, deduzido pelas perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. O ativo não está sujeito à amortização, sendo anualmente testado para verificar se o respectivo valor contábil não supera o seu valor de recuperação. Nas demonstrações financeiras da Companhia, o ativo e mais valia estão apresentados como parte dos intangíveis. A Companhia reconhece intangíveis relacionados à desenvolvimento, são produtos biológicos inovadores, uma vez que a viabilidade econômica seja demonstrada via maior produtividade, melhor custo-benefício que concorrentes químicos, que os métodos tradicionais de produção, via redução dos impactos ambientais aos agricultores ou à sociedade. Os gastos com desenvolvimento de produtos são reconhecidos como intangíveis quando atingem os critérios definidos no CPC 04 - Intangíveis. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil econômica ou prazo definido na patente, dos dois o menor prazo. **4.6 Arrendamentos** - A norma CPC 06 (R2) aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários o reconhecimento dos passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso para todos os contratos de arrendamento em que estiverem no escopo da norma, definida pela metodologia contábil da Companhia em linha com as premissas da norma vigente. **Direito de uso** - A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor nominal dos contratos em escopo, acrescidas a taxa de atualização projetada dos contratos, trazida a valor presente no momento da adoção inicial. A diretoria optou por revisar o cálculo e a mensuração de valores anualmente de acordo com as correções reais a ocorrerem nos contratos relacionados. Os contratos de arrendamento são em sua maior parte referentes a arrendamentos das plantas fabris, centro logístico e arrendamento de veículos. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, que possui um intervalo de 2 a 5 anos. **Passivos de arrendamento** - Dos contratos que foram escopo da norma, a diretoria da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideram-se as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente até o vencimento do contrato, quando identificado a razoável certeza da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa de desconto. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados com base na taxa de desconto, de acordo com o prazo remanescente dos contratos. **4.7 Im-**

**pairment de ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC), representadas pelas unidades operacionais da Companhia. A diretoria entende que o ativo resultante da combinação de negócios beneficia as operações da Companhia como um todo e, frente à impossibilidade de alocação de valor entre as UGCs, senão por critério arbitrário, o teste de *impairment* sobre o ativo é elaborado considerando o resultado das operações da Companhia como um todo. Os ativos não financeiros de vida útil definida (aqueles sujeitos à amortização) que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados anualmente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **4.8 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar aos fornecedores são apresentadas como passivo não circulante. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo o que, na prática, significa que são reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **4.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures** - Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores líquidos captados e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos, financiamentos e debêntures com vencimento em 12 meses são classificados no passivo circulante, sendo os demais vencimentos classificados no não circulante. **4.10 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento** - Os instrumentos financeiros ativos e passivos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. **(ii) Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Isto ocorre em descontos comerciais condicionais, uma vez que as condições de obtenção são ultrapassadas, os valores são compensados do saldo a receber dos clientes. **(iii) Impairment de ativos financeiros** - A Companhia avalia, a cada data de apresentação, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se *há evidência objetiva de impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **4.11 Provisões** - As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício apresentado, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **4.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas na data do balanço. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais. A contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Em 2023 e 2022, a Companhia optou pelo regime de tributação sobre o lucro real, cuja base tributável do imposto de renda e contribuição social é calculada sobre o lucro contábil apurado pelo regime de competência, ajustado pelas adições das despesas temporariamente não dedutíveis, e/ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis. Os ajustes considerados nas bases de IRPJ e CSLL correntes geram créditos e/ou débitos tributários diferidos. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e são reconhecidos na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. **4.13 Benefícios a empregados** - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e desde que a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **Opção de pagamento baseado em ações** - A Biotrop Participações S.A. ("Biotrop" ou "controladora"), controladora da Companhia, possui um plano de outorga de opções de ações, segundo o qual concede aos beneficiários, incluindo empregados da Companhia, o direito de se tornarem acionistas. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções deve ser reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa deve ser reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data de cada balanço a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Na Companhia, esses instrumentos emitidos pela controladora são reconhecidos de forma reflexa, na conta de ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, como uma transação de capital entre acionistas, em contrapartida a despesas com remuneração de administradores. As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são considera-

das parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **Ações virtuais** - A Biotrop selecionou colaboradores que desempenham funções importantes e estratégicas para o desenvolvimento, melhoria, expansão e êxito das suas atividades como beneficiários de incentivo de longo prazo consistente em premiação com base na valorização da Companhia e cumprimento de determinadas condições. Assim, mediante a ocorrência de um evento de liquidez envolvendo a Companhia e sujeito ao cumprimento de prazos de carência, o beneficiário poderá fazer jus ao pagamento de uma premiação em moeda corrente nacional com base na valorização da Companhia como se o beneficiário passasse a deter ações virtuais (Phantom Stock) a cada vencimento de um prazo de carência. O valor do benefício é calculado com base na diferença entre valor por ação atribuído a Companhia no contrato e o valor justo por ação em um evento de liquidez. O valor atribuído as ações no evento de liquidez são estimadas com base no valor justo da Companhia a cada data de balanço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida ao passivo circulante. No final de 2022 foi outorgado, por meio de Contratos de Incentivo de Longo Prazo ("Contratos de Incentivo"), o direito de aquisição de um total de 196.700 ações virtuais da Companhia, das quais 78.680 atenderam os prazos de carência especificados nos Contrato de Incentivo até 31 de dezembro de 2023. **4.14 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes** - Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas. **4.15 Reconhecimento de receita e apuração do resultado** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, quando é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. **(a) Venda de mercadorias** - A receita com venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições são atendidas: • A Companhia e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidos em cumprir suas respectivas obrigações. • A Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos. • A Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos. • A transação possui substância comercial (ou seja, espera-se que o risco à época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato). • É provável que a Companhia receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. A receita de venda de produtos é reconhecida quando todos os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. **(b) Receitas e despesas financeiras** - As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando um componente de juros é identificado em relação a contas a receber específicas, a Companhia reduz o seu valor contábil para o valor presente, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros das contas a receber. Subsequentemente, os juros são apropriados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. **4.16 Conversão em moeda estrangeira** - **(a) Transações e saldos** - As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações ou da apresentação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no "Resultado financeiro" (Nota 25). **4.17 Subvenção governamental - (i) ICMS** - Desde o ano-calendário 2021, a Companhia passou a excluir benefícios fiscais de ICMS, em virtude do Convênio 100/97, da base de cálculo do IRPJ/CSLL. O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada exercício de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal. O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado como receita na rubrica de Subvenção de impostos estaduais e em contrapartida na rubrica de "Deduções da receita bruta", reduzindo a conta "despesa com ICMS". Tal posicionamento tem como base a Lei Complementar nº 160/2017, que alterou a Lei nº 12.973/2014 e parecer de consultores jurídicos. A Total Bio efetuou a contabilização dos benefícios fiscais concedido pelos Estados em que opera, passando a considerá-los uma subvenção para investimento. Os valores que constituem esse crédito fiscal são referentes às receitas decorrentes dos benefícios de ICMS do Estado do Paraná, São Paulo e Mato Grosso, que não devem ser tributadas para fins de apuração do IRPJ/CSLL. A Administração, conforme estabelece o artigo 30 da Lei 12.973/2014, destinou o valor da subvenção para a rubrica "Reserva de Incentivos Fiscais", dentro do grupo de reserva de lucros. De acordo com os especialistas jurídicos, a avaliação de êxito quanto ao tema é em torno de 70% de chances de ganhar uma eventual disputa, sendo, portanto, provável que a autoridade tributária aceite o tratamento adotado pela Companhia. Ressalta-se que a companhia impetrou mandado de segurança sobre este tema em 25/04/2023, sendo que, até o momento, não há trânsito julgado da ação judicial. De janeiro até 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 54.873 (31 de dezembro de 2022: R\$ 19.367), apurado e reconhecido pela Companhia, foi destinado à rubrica "Reserva de incentivos fiscais", conforme artigo 30 da Lei 12.973/2014. **(ii) Imposto de Renda e Contribuição Social** - A Companhia aplica a Lei do Bem, conforme estabelece o artigo 17, I e IV, c.c artigo 19, ambos da Lei 11.196/2005, que estabelece incentivos fiscais no investimento em atividades de pesquisa e desenvolvimento em inovação tecnológica. Tal aplicabilidade trouxe como benefício a redução do imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro no exercício com base na exclusão de 80% de tais dispêndios da base de cálculo do IRPJ e CSLL e a amortização acelerada dos valores relativos à aquisição de bens intangíveis também vinculados às atividades de PD&I.

**5 Caixa e equivalentes de caixa**

	2023	2022
Recursos em bancos	3.014	2.431
Aplicações (a)	47.326	87.245
	50.340	89.676

(a) As aplicações são em Certificados de Depósitos Bancários - CDB e fundos de Investimento de renda Fixa possuem liquidez diária, e são remunerados a taxas de 100% a 103,5% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (2022 - 100% a 104%). Todas as aplicações financeiras são realizadas em moeda local, imediatamente convertíveis em caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

**5.1 Aplicações com restrições de movimentação**

	2023	2022
Aplicação com restrição de movimentação (b)	795	-
Circulante	(532)	-
Não circulante	263	-

(b) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui saldo de aplicação financeira, com restrição de movimentação, no montante de R\$ 795 vinculada em garantia de empréstimos.

**6 Contas a receber de clientes** - O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	2023	2022
Mercado nacional	248.683	141.518
Contas a receber de partes relacionadas (Notas 19 e 19.1)	105.913	55.312
Mercado externo	10.544	8.047
(-) Ajuste a valor presente	(15.568)	(12.006)
(-) PCLD	(8.071)	(880)
	341.501	191.991

A composição das contas a receber de clientes, por idade de vencimento, é como segue:

	2023	2022
Duplicatas a vencer	339.866	198.253
Duplicatas vencidas até 30 dias	17.068	3.141
Duplicatas vencidas de 31 até 90 dias	1.169	486
Duplicatas vencidas de 91 até 180 dias	4.092	1.246
Duplicatas vencidas a partir de 181 dias	3.372	1.925
	365.567	205.052
(-) Ajuste a valor presente	(15.568)	(12.006)
(-) PCLD	(8.071)	(880)
(-) Variação cambial	(427)	(175)
	341.501	191.991

Do total de duplicatas vencidas em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 18.601, foi liquidado até 31 de março de 2024. Quanto ao recebimento dos valores a Companhia firmou garantia junto aos respectivos clientes, conforme divulgado na nota 19. Os valores debitados à conta de provisão para crédito de liquidação duvidosa são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Os critérios para reconhecimento da provisão são os seguintes: Duplicatas vencidas acima de 90 dias: 50%; Duplicatas vencidas acima de 180 dias: 100%. Adicionalmente a Companhia determina o valor das perdas já conhecidas, ou seja, as perdas com base execução judicial, concordata, com pedido de falência, provisionando um valor adicional sobre a totalidade dos recebíveis a vencer, respeitando o percentual da inadimplência histórica, e também provisionando preventivamente casos a vencer que eventualmente demonstram algum risco. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. Consequentemente, a diretoria não espera



(continuação)

incurrer em perdas superiores ao valor registrado em cada exercício. A movimentação da PCLD é demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial - 1º de janeiro	(880)	(2.425)
Contas a receber de clientes provisionadas	(7.223)	(388)
Contas a receber de clientes revertidas	32	1.933
Saldo final - 31 de dezembro	(8.071)	(880)
<b>7 Estoques</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Produtos acabados em trânsito	18.753	425
Produtos acabados	15.528	16.627
Produtos semi-acabados	4.535	4.442
Embalagens	4.355	5.749
Matérias-primas	2.506	2.257
(-) Provisão para estoques obsoletos	(224)	(674)
	45.453	28.826

No ativo

h8 Impostos e contribuições a recuperar

	2023	2022
IRPJ/CSLL base negativa	5.486	6.381
COFINS a recuperar	7.588	2.886
ICMS a recuperar	2.662	594
PIS a recuperar	1.653	629
IRRF a recuperar	1.462	259
PIS/COFINS extemporâneo	419	419
IPI a recuperar	251	101
	19.521	11.269

9 Tributos diferidos

No ativo não circulante

	2023	2022
Créditos diferidos		
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias de:		
Provisão para descontos comerciais condicionais (Nota 18)	10.850	7.482
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes (Nota 6)	5.293	4.082
Provisão para bônus (Nota 15)	6.687	5.137
Provisão para Ações virtuais (Nota 15)	3.639	-
Provisão para opção de pagamento baseado em ações (Nota 20)	105	949
Provisão para ICMS a recolher - convênio 100 (Nota 14)	2.394	817

10 Imobilizado

		Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Mais valia sobre investida	Outros imobilizados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.504	570	7.450	601	4.540	-	1.070	19.735
Aquisições	311	1.309	10.735	1.159	923	-	267	37.797
Aquisições por incorporação	-	378	782	107	-	920	947	3.134
(-) Baixas	-	-	(814)	(94)	(601)	-	(1.179)	-
(-) Depreciações	-	(587)	-	-	(385)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.815	1.670	17.969	1.702	4.477	564	2.045	57.039
Aquisições	-	1.638	9.034	1.558	1.623	-	4.630	66.152
Juros capitalizado (ii)	-	-	-	-	-	-	-	4.716
(-) Baixas	(5.815)	(21)	-	-	(1.359)	-	(15)	(9.949)
(-) Transferência direito de uso	-	-	-	-	-	-	833	833
(-) Transferência	-	-	17	-	-	-	835	-
(-) Depreciações	-	(393)	(1.161)	(239)	(110)	(120)	(374)	(2.397)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	2.894	25.859	3.021	4.631	444	7.958	116.394
Taxa média anual de depreciação	-	12%	4%	7%	2%	21%	6%	-

Em 31 de dezembro de 2023, do montante de R\$ 71.587 (R\$ 22.793 em 31 de dezembro de 2022), registrado em imobilizado em andamento, o equivalente a R\$ 51.475 (R\$ 17.827 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a adiantamentos e gastos efetuados para compra dos ativos imobilizados para ampliação da planta industrial de bactérias em Curitiba/PR (Site 2) que tem como previsão de conclusão da obra em março de 2024 e, R\$ 10.065 (512 em 31 de dezembro de 2022) a construção de nova planta de fungos em Jaguariúna/SP que iniciou as operações de teste em janeiro de 2024. (i) Ativo alienado em 2023 por meio de contrato de *leaseback*, conforme detalhamento divulgado na Nota 12. (ii) Correspondem aos custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para uso pretendido. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui bens do ativo imobilizado vinculados a garantias por empréstimos bancários. **Teste ao valor recuperável dos ativos imobilizados** - O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, caso haja indicadores de perda de valor. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve indicadores de perda e necessidade de constituição de provisão. A diretoria efetuou uma revisão e não identificou mudanças que necessitariam de ajustes e/ou alterações dos critérios em 2023 e 2022, que pudessem impactar o resultado do teste anual do ágio para verificação de *impairment*, realizado para o exercício de 2022. Consequentemente, a diretoria não identificou a necessidade de constituir qualquer em 31 de dezembro de 2023, a diretoria não identificou a ocorrência de eventos ou circunstâncias que provisão para perda relacionada ao seu ativo intangível.

11 Intangível

	Soft-ware	Gastos com desenvolvimento	Marcas, direitos e patentes	Ágio gerado na combinação de negócios	Mais valia sobre a carteira de clientes	Mais valia sobre relação contratual	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.542	4.437	1.132	-	-	-	-	10.111
Aquisições	616	26.944	1.511	-	-	-	-	29.071
Aquisições por incorporação	1.473	8.486	7.653	52.477	4.462	1.192	-	75.743
(-) Baixas	(25)	(1.188)	-	-	-	-	-	(1.213)
(-) Amortizações	(1.511)	(1.401)	(487)	-	(1.487)	(1.192)	-	(6.078)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.095	37.278	9.809	52.477	2.975	-	-	107.634
Aquisições	2.486	24.082	1.774	-	-	-	590	28.932
(-) Baixas	-	-	(28)	-	-	-	-	(28)
(-) Amortizações	(1.991)	(1.937)	(480)	-	(1.486)	-	-	(5.894)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.590	59.423	11.075	52.477	1.489	-	590	130.644
Taxa média anual de amortização	26%	3%	4%	-	50%	-	-	-

**11.1 Teste do ágio para verificação de *impairment*** - Considerando a homogeneidade de processos e sinergia das operações, bem como forma de gestão de estratégia e operacional do Grupo, a diretoria identificou uma única unidade geradora de caixa ("UGC"), a qual o ágio foi integralmente alocado. O valor recuperável da UGC é avaliado anualmente com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela diretoria para um período de dez anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de dez anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento de 4,26% a.a. (2022 - 5,45% a.a.) Essa taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor em que UGC atua. Na elaboração das projeções de fluxo de caixa, a diretoria tomou como premissas o histórico de faturamento e crescimento do setor, bem como, o histórico de margens bruta e operacional sobre o faturamento. As projeções de fluxo caixa foram trazidas a valor presente com base na taxa WACC calculada pela diretoria de 15,05% a.a. (2022 - 23,08% a.a.), antes do imposto de renda e contribuição social. A única unidade geradora de caixa para fins de testes do ágio foi a Total Biotecnologia, com o valor de ágio de 52.477 em 2023, conforme nota explicativa 11, o valor foi o mesmo em 2022 e por tempo indeterminado. Os valores futuros gerados de caixa operacional baseados no uso foram utilizados para o teste. Em 31 de dezembro de 2023, a diretoria não identificou a necessidade de constituir qualquer provisão para perda.

**12 Direito de uso** - Correspondem substancialmente a contratos de arrendamentos de imóveis no montante de R\$ 25.043 (R\$ 3.208 em 31 de dezembro de 2022), veículos no montante de R\$ 19.735 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022) e equipamentos no montante de R\$ 110 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2022). A movimentação dos saldos está demonstrada conforme segue:

	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.947	-	-	4.947
Adições por novos contratos	1.068	-	-	1.068
Adições por incorporação	244	-	-	244
(-) Amortização	(3.051)	-	-	(3.051)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.208	-	-	3.208
Adições por novos contratos	42.726	22.618	4.691	70.035
Baixas	(312)	-	-	(312)
Ganho atribuível	(1.670)	-	-	(1.670)
Transferência para imobilizado em andamento	(833)	-	-	(833)
(-) Amortização	(1.667)	(7.200)	(271)	(9.138)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	41.452	15.418	4.420	61.290

As adições por novos contratos referem-se às renovações dos contratos de locação dos imóveis do Site 1, site 2 e do centro logístico em Curitiba., bem como arrendamento de veículos, que são, em sua maioria utilizados, pela área comercial. Em 2023, a Companhia realizou transação de venda e relocação ("sale and leaseback") com dois imóveis industriais. O contrato de relocação tem o prazo de 360 meses com parcelas mensais de R\$ 50 ajustados anualmente pela variação positiva acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado ("IGP-M"). O direito de uso foi avaliado em R\$ 6.229 na data do reconhecimento inicial. O valor de venda foi de R\$ 7.900 e custo foi de R\$ 5.815 o que resultou em um ganho de R\$ 2.400. Deste ganho R\$ 1.670 foi reduzido do direito de uso resultante do contrato de relocação e R\$ 415 foi contabilizado no resultado do exercício.

13 Fornecedores

	2023	2022
Fornecedores mercado interno	18.854	16.248
Fornecedores mercado interno - imobilizado	4.748	-
Fornecedores mercado externo	516	439
	24.118	16.687

14 Obrigações tributárias

	2023	2022
Provisão de IRPJ a recolher	3.812	40
Provisão para ICMS a recolher - convênio 100	7.042	2.403
Provisão de CSLL a recolher	186	15
IRRF sobre demais serviços prestados	2.452	103
ICMS a recolher	1.369	824
Provisão para ICMS a recolher - convênio 26/2021	1.284	-
ISS a recolher	62	57
COFINS, PIS, CSLL retido na fonte	61	35
IPI a recolher	-	24
	16.268	3.501

	2023	2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (Nota 6)	2.331	63
Provisão para devolução de mercadorias (Nota 18)	1.034	627
Provisão para prêmios - debêntures (Nota 17)	-	2.069
Provisão para ICMS a recolher - convênio 26/2021 (Nota 14)	436	-
Provisões para contingências trabalhistas (Nota 18)	293	212
Provisões para contingências cíveis (Nota 18)	41	-
Provisão de royalties (Nota 18)	524	165
Provisão para estoques obsoletos (Nota 7)	76	229
Contratos de arrendamento	106	-
Outras provisões (Nota 18)	2.184	839
Outras provisões - cut off das vendas	271	75
Tributos diferidos ativos	36.264	22.746
Debitos diferidos		
Amortização acelerada do intangível	(11.436)	(6.992)
Amortização fiscal do ágio (i)	(6.393)	(2.974)
Juros sobre imobilizado em andamento	(1.603)	-
Tributos diferidos passivos	(19.432)	(9.966)
Tributos diferidos ativos, líquidos (ii)	16.832	12.780
(i) Conforme descrito na Nota 1.1, em 28 de fevereiro de 2022, a Biotrop Soluções Biológicas Ltda. foi incorporada pela Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. Em decorrência da incorporação reversa, a partir do mês de março de 2022, a Companhia passou a tomar dedutibilidade fiscal do ágio oriundo da aquisição da Total Bio pela Biotrop na proporção de 1/60 avos, conforme previsto na legislação e a constituir o respectivo imposto de renda diferido passivo. A reconciliação das correspondentes despesas com imposto de renda e contribuição social e a respectiva base contábil está demonstrada na Nota 26. (ii) Em consonância com o Pronunciamento Contábil - CPC 32 Tributos sobre o Lucro, a entidade deve compensar os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos que estão relacionados com os tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e na mesma entidade tributável, desta forma, em 31 de dezembro de 2023, os tributos diferidos estão apresentados líquidos no ativo.		

	Imobilizado				Mais valia sobre investida	Outros imobilizados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	Móveis e utensílios	Veículos	em andamento				
50	601	4.540	-	-	-	1.070	19.735
35	1.159	923	23.093	-	-	267	37.797
82	107	-	-	-	920	947	3.134
(4)	(94)	(601)	(300)	-	-	-	(1.179)
(4)	(71)	(385)	-	-	(356)	(235)	(2.448)
39	1.702	4.477	22.793	-	564	2.049	57.039
84	1.558	1.623	47.669	-	-	4.630	66.152
-	-	-	4.716	-	-	-	4.716
-	-	(1.359)	(2.739)	-	-	(15)	(9.949)
-	-	-	-	-	-	833	833
17	-	-	(852)	-	-	835	-
(1)	(239)	(110)	-	-	(120)	(374)	(2.397)
59	3.021	4.631	71.587	-	444	7.958	116.394
9%	7%	2%	-	-	21%	6%	-

93 em 31 de dezembro de 2022), registrado em imobilizado em dezembro de 2022) refere-se a adiantamentos e gastos efetuados industrial de bactérias em Curitiba/PR (Site 2) que tem como pre- em 31 de dezembro de 2022) a construção de nova planta de janeiro de 2024. (i) Ativo alienado em 2023 por meio de contrato. Correspondem aos custos dos encargos sobre empréstimos e andos, os quais foram capitalizados durante o período necessário dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui bens do ativo este ao valor recuperável dos ativos imobilizados - O ativo adadores de perda de valor. Para os exercícios encerrados em 31 necessidade de constituição de provisão. A diretoria efetuou uma e/ou alterações dos critérios em 2023 e 2022 que pudessem im- irment, realizado para o exercício de 2023. Consequentemente, 31 de dezembro de 2023, a diretoria não identificou a ocorrência a ao seu ativo intangível.

	Ágio gerado na combinação de negócios	Mais valia sobre a carteira de clientes	Mais valia sobre relação contratual	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	-	-	10.111
332	-	-	-	-	29.071
511	-	-	-	-	75.743
553	52.477	4.462	1.192	-	(1.213)
-	-	(1.487)	(1.192)	-	(6.078)
807	52.477	2.975	-	-	107.634
774	-	-	-	590	28.932
(28)	-	-	-	-	(28)
(70)	-	(1.486)	-	-	(5.894)
075	52.477	1.489	-	590	130.644
4%	-	50%	-	-	-

15 Obrigações sociais e trabalhistas

	2023	2022
Provisão para bônus	19.667	15.109
Provisão para Ações virtuais	10.702	-
Provisão para férias, 13º salário e encargos	6.127	3.982
Salários e ordenados	2.153	1.503
Encargos - INSS e FGTS	2.991	2.055
IRRF sobre folha de pagamento	6	1.398
	41.646	24.047

16 Passivo de arrendamento

	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.157	-	-	7.157
Adições por incorporação	260	-	-	260
Adições por novos contratos	970	-	-	970
Juros apropriados	140	-	-	140
(-) Pagamentos das contraprestações	(4.486)	-	-	(4.486)
(-) Pagamentos de juros	(140)	-	-	(140)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.901	-	-	3.901
Circulante	2.284	-	-	2.284
Não circulante	1.617	-	-	1.617
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.901	-	-	3.901
Adições por novos contratos	42.726	22.618	4.691	70.035
Juros apropriados	1.989	1.234	119	3.342
(-) Baixas	(1.557)	-	-	(1.557)
(-) Transferência para empréstimos e financiamentos	(1.130)	-	-	(1.130)
(-) Pagamentos das contraprestações	(574)	(6.599)	(264)	(7.437)
(-) Pagamentos de juros	(1.989)	(1.234)	(119)	(3.342)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.366	16.019	4.427	63.812
Circulante	1.477	8.016	1.534	11.027
Não circulante	41.889	8.003	2.893	52.785

As taxas incrementais dos contratos de arrendamento, utilizadas nos cálculos são as seguintes:

	De	Até	De	Até
Imóveis	5,99%	16,72%	5,99%	16,72%
Veículos	15,27%	15,27%	-	-
Equipamentos	12,72%	15,24%	-	-
17 Empréstimos e financiamentos				
Modalidade	Encargos financeiros	Vencimento	2023	2022
	CDI +			
Debêntures	(4,20% ~ 6,00%)	mai/26		
	a.a.	~ jun/27	223.686	199.766
	CDI +			
	(3,50% ~ 4,91%)	set/25		
CPR	a.a.	~ ago/27	128.495	51.823
Finep	5,58% a.a.	ago/23	26.943	13.405
	CDI +			
	(3,65% ~ 12,10%)	mar/23		
CCB	a.a.	~ jun/25	26.912	52.268
	CDI +			
	(4,3% ~ 5,87%)	jul/23		
CCE	a.a.	~ mar/25	8.014	12.229
	CDI +			
Finame	5,10% a.a.	jun/24	219	680
	9,64% ~ 14,71%	jun/23		

**17.1 Captações - (a) Debêntures emitidas - (i) Primeira Emissão** - Em outubro de 2021, a Companhia autorizou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sua primeira emissão de debêntures simples (não conversíveis em ações), com o objetivo de financiar: (a) investimentos em nova planta industrial, equipamentos, laboratórios, veículos e tecnologia da informação; e (b) capital de giro e despesas com pesquisa e desenvolvimento. Nesse contexto, foram emitidas 100.000 debêntures em duas séries, sendo 20.000 na primeira série e 80.000 na segunda série. As 100.000 debêntures emitidas têm valor unitário, na data da emissão, de R\$ 1. Assim, o valor total da emissão foi de R\$ 100.000. São caracterizadas como da espécie quirográfaria, com garantia adicional fidejussória, e classificadas como

"debêntures verdes", conforme parecer técnico que demonstra elementos ligados à energia renovável e boas práticas ambientais, no âmbito das políticas ESG. Sobre a emissão das debêntures houve comissão de 3,5% para os agentes financeiros sobre o valor emitido, a qual está registrada em conta redutora do passivo com debêntures, como despesa financeira antecipada a apropriar no mesmo período de vigência das debêntures.

**(ii) Segunda Emissão** - Em junho de 2022, a Companhia autorizou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sua segunda emissão de debêntures simples (não conversíveis em ações), para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. As 100.000 debêntures emitidas têm valor unitário, na data da emissão, de R\$ 1. Assim, o valor total da emissão foi de R\$ 100.000. São caracterizadas como da espécie quirográfaria, com garantia adicional fidejussória, e classificadas como "debêntures verdes", conforme parecer técnico que demonstra elementos ligados à energia renovável e boas práticas ambientais, no âmbito das políticas ESG. Sobre a emissão das debêntures houve comissão para os coordenadores da seguinte forma: (a) Estruturação e Coordenação: 1,25% *flat* sobre o valor total da emissão, na proporção da garantia firme de cada Coordenador; (b) Prêmio de Garantia Firme: 1,00% *flat* sobre o valor total da garantia firme, na proporção da garantia firme de cada Coordenador. **(iii) Terceira Emissão** - Em agosto de 2023, a Companhia autorizou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), sua terceira emissão de debêntures simples (não conversíveis em ações), com o objetivo de: (a) o resgate antecipado integral da 1ª (primeira) emissão de debêntures; (b) o repêrimento de dívidas; (c) despesas de capital (capex); e (d) capital de giro e investimentos. As 150.000 debêntures emitidas têm valor unitário, na data da emissão, de R\$ 1. Assim, o valor total da emissão foi de R\$ 150.000. São caracterizadas como da espécie quirográfaria, com garantia adicional fidejussória, e classificadas como "debêntures verdes", conforme parecer técnico que demonstra elementos ligados à energia renovável e boas práticas ambientais, no âmbito das políticas ESG. Sobre a emissão das debêntures houve comissão para os coordenadores no montante de R\$ 2.439. Adicionalmente, o montante da comissão está sendo provisionado como redutora do passivo e apropriada ao resultado pelo prazo da dívida. **Remuneração** - As debêntures emitidas nos exercícios de 2021, 2022 e 2023 pela Companhia não sofrerão atualização monetária, mas serão remuneradas por juros correspondentes a 100% do CDI e *spread* de 4,20% a 6,00% a.a. e no caso da primeira emissão um adicional por aumento da rentabilidade anual. Os referidos juros remuneratórios serão pagos mensalmente ou trimestralmente conforme a emissão das debêntures. **Amortização** - Para a debênture emitida em 2022, os valores principais serão amortizados em 17 parcelas trimestrais, entre junho de 2023 a julho de 2027, conforme percentuais de amortização definidos na Escritura de Emissão das debêntures. Para a debênture emitida em 2023, os valores principais serão amortizados em 54 parcelas mensais, entre março de 2024 a agosto de 2028, conforme percentuais de amortização definidos na Escritura de Emissão das debêntures. Adicionalmente ao cronograma de amortização, a Companhia se reserva ao direito de fazer o resgate antecipado da debênture, nas condições previstas na Escritura de Emissão. **17.2 Compromissos (covenants)** - Além dos compromissos usuais dos instrumentos financeiros de empréstimos e financiamentos, as debêntures emitidas pela Companhia possuem, por meio da Escritura de Emissão, cláusulas restritivas que impõem obrigações relativas à manutenção de determinados índices financeiros ("*covenants*" financeiros"), sob pena de provocar o vencimento antecipado das obrigações assumidas. Os referidos *covenants* financeiros deverão ser calculados anualmente com base nas demonstrações financeiras da Companhia, após os eventos da incorporação reversa (Nota 1.1.). Os *covenants* são monitorados mensalmente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia está em conformidade com os indicadores exigidos para o exercício. Os índices são: • Liquidez global de inadimplência, que deverá ser menor ou igual a 8% (oitto por cento) ("Índice Global de Inadimplência"), calculado de acordo com a seguinte fórmula: *Índice de Global Inadimplência = Total de Títulos Inadimplidos e Renegociados (em R\$) / Total da Carteira (em R\$)*; e • Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado, devem ser excluídos itens extraordinários e o ajuste a valor presente do CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, igual ou inferior a 2,5 a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2023. Liquidez corrente mínima: razão entre ativo circulante e passivo circulante, considerando as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas do Emissor, em valor igual ou superior a 1,5x, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

	2023	2022
Empréstimos e financiamentos no início do exercício	332.085	170.665
Movimentações que não afetam o fluxo de caixa		
Juros provisionados	69.266	49.500
(+) Transferência de passivo de arrendamento	1.130	-
Aumento de empréstimos e financiamentos por incorporação	-	19.555
Movimentos que afetam o fluxo de caixa		
Obtenção de empréstimos	279.587	210.664
Pagamentos de juros	(76.638)	(41.088)
Pagamento de principal	(190.991)	(77.211)
Empréstimos e financiamentos no final do exercício	414.439	332.085
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5 e 5.1)	(51.135)	(89.676)
Dívida líquida (*)	363.304	242.409



(continuação)

CMS) referente a operações dos Estado do Paraná. Mato Grosso e São Paulo. O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas líquidas de vendas" (Nota 22), em conta redutora das deduções do ICMS sobre vendas. A Companhia, com base em parecer jurídico e na Lei Complementar 160/2017, a qual alterou a Lei 12.973/2014, excluiu a subvenção de investimento de ICMS da base de cálculo do IRPJ/CSLL. Em decorrência do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a Administração decidiu constituir reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção de cada exercício. Não houve distribuição de dividendos de tal valor. **(c) Reserva de Investimento** - O estatuto social da Companhia prevê a possibilidade de constituição de reserva para investimento de até 5% do lucro líquido do exercício, , que poderá ser retida com base em orçamento de capital, nos termos do artigo 196 da lei das sociedades por ações, tais recursos serão para assegurar a manutenção do nível de capitalização da Companhia, a expansão das atividades sociais e/ou reforço do capital de giro. **(d) Reserva de lucros retidos** - O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício é transferido para a conta de "Reserva de lucros retidos", até o limite estatutário de constituição de reservas, ficando a disposição da deliberação dos acionistas. **20.5 Opções de pagamento baseado em ações** - Em 1º de março de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da controladora Biotrop Participações S.A. (Biotrop S.A.), o Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano"), que permite que a Biotrop S.A. outorgue opções de compra de suas ações a administradores, empregados e prestadores de serviço da Biotrop S.A., selecionados pelo Conselho de Administração, conferindo-lhes a possibilidade de se tornarem acionistas da Biotrop S.A. mediante cumprimento de determinadas condições. O objetivo do Plano consiste em: (i) estimular a melhoria, a expansão, o êxito e a consecução das atividades da Companhia; ii) obter um maior alinhamento dos interesses dos administradores, empregados e prestadores de serviço com os interesses da Companhia; e, iii) incentivar a permanência dos administradores, empregados e prestadores de serviço na Companhia. As opções do plano de emissão pela Biotrop S.A., confere aos seus beneficiários o direito de aquisição de ações preferenciais classe A, nominativas, sem valor nominal e sem direito a voto, com prioridade na distribuição de dividendo fixo não cumulativo em valor pré-determinado, se apurado lucro contábil. As opções são divididas em lotes e o exercício das opções está condicionado à manutenção da relação jurídica e/ou vínculo entre o beneficiário e a Companhia na totalidade do prazo de carência indicado em cada lote, conforme estabelecido no contrato de outorga de cada beneficiário. No exercício com a venda da Controladora os contratos atingiram a maturidade e foram exercidos pelos beneficiários. O saldo remanescente de R\$ 310 refere-se a opções canceladas que não poderão ser exercidas. **21 Lucro básico e diluído por ação** - O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de média ponderada de ações "ordinárias" em circulação durante o exercício. Em 2023, a Companhia não possui instrumentos com efeitos diluidores.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	85.635	30.939
Média ponderada do número de ações no exercício	7.133	14.771
Lucro básico por ação em reais	12,01	2,09

**22 Receita líquida de vendas**

	2023	2022
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado interno	599.232	353.636
Receita bruta de produtos e serviços - Mercado externo	16.503	12.225
(+) Subvenção de impostos estaduais (i)	54.873	19.367
(-) Tributos sobre vendas	(71.718)	(33.397)
(-) Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	(38.302)	(24.335)
(-) Cancelamento, devoluções e outras deduções sobre vendas (ii)	(63.001)	(50.800)
	497.587	276.696

(i) A Companhia possui benefício por meio do Convênio 100/97, Convênio 26/2021, e outros dispositivos do Regulamento do ICMS (RICMS) dos Estados do Paraná, São Paulo e Mato Grosso. O valor da subvenção apurado no exercício foi registrado na demonstração do resultado na rubrica de "Receitas líquidas de vendas", em conta redutora das deduções do ICMS sobre vendas. Em decorrência do artigo 30, da Lei 12.973/2014, a Administração decidiu constituir reserva para incentivos fiscais, em contrapartida à conta de Lucros acumulados, no montante apurado da subvenção de cada exercício. (ii) A diretoria entende que os esforços direcionados a programas de *marketing* e rebates (descontos comerciais condicionais) promovidos pela Companhia devem compor como abatimentos sobre vendas, e portanto, redutores das receitas de vendas.

**23 Custos das vendas**

	2023	2022
Matérias-primas e materiais de consumo	(118.504)	(57.604)
Mão-de-obra direta	(14.700)	(16.389)
Frete e fretos sobre vendas	(12.852)	(7.280)
Depreciação e amortização	(1.534)	(1.603)
Amortização de direito de uso	(1.136)	-
	(148.726)	(82.876)

**24 Despesas por natureza** - A demonstração de resultado da Companhia é classificada por função. A reconciliação por natureza e finalidade, conforme requerido pelas práticas contábeis, é como segue: **24.1 Despesas com vendas**

	2023	2022
Salários e encargos	(70.753)	(42.366)
Eventos e campanhas de marketing	(15.811)	(63)
Provisão para devedores duvidosos	(7.191)	(113)
Viagens e estadias	(8.419)	(2.622)
Amortização de direito de uso	(7.417)	(1.343)
Despesas com veículos	(6.388)	(8.307)
Serviços de terceiros (PJ)	(719)	(2.103)
Depreciações e amortizações	(234)	(179)
Outras despesas com vendas	(2.960)	(2.128)
	(120.979)	(69.224)

**24.2 Despesas gerais e administrativas**

	2023	2022
Salários e encargos	(38.366)	(20.568)
Serviços de terceiros (PJ)	(23.445)	(21.101)
Depreciações e amortizações	(4.566)	(4.951)
Utilidades e serviços	(3.330)	(2.514)
Viagens e estadias	(2.806)	(2.850)
Amortização de direito de uso	(462)	(592)
Despesas com veículos	(697)	(246)
Doações, brindes e bonificações	(229)	(378)
Outras despesas gerais e administrativas	(1.095)	(2.460)
	(74.996)	(55.680)

**24.3 Despesas com pesquisa e desenvolvimento**

	2023	2022
Salários e encargos	(8.348)	(2.950)
Depreciações e amortizações	(3.029)	(1.917)
Taxas de registro	(2.450)	(1.535)
Utilidades e serviços	(1.992)	(1.481)
Despesas com veículos	(1.593)	(1.027)
Viagens e estadias	(987)	(589)
Serviços de terceiros (PJ)	(281)	(152)
Amortização de direito de uso	(210)	-
Outras despesas gerais e administrativas	(1.104)	(633)
	(19.994)	(10.284)

**25 Resultado financeiro**

	2023	2022
Receitas financeiras		
Ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	34.739	14.836
Rendimentos de aplicações financeiras	6.505	3.647
Variação cambial	970	(218)
Juros recebidos	875	187
Descontos obtidos	147	107
Outras receitas financeiras	400	92
Total das receitas financeiras	43.636	18.651
Despesas financeiras		
Juros pagos ou incorridos	(71.473)	(48.252)
Debêntures	664	(6.824)
Comissões e despesas bancárias	(7.357)	(2.763)
Descontos concedidos	(2.246)	(2.210)
Variação cambial	(1.325)	(693)
Outras despesas financeiras	(454)	11
Total das despesas financeiras	(82.191)	(60.731)
Resultado financeiro	(38.555)	(42.080)

**26 Despesa de imposto de renda e contribuição social**

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	98.870	26.901
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(33.616)	(9.146)
Tributos sobre exclusões (adições) permanentes:		
• Despesas inadotáveis e outras, líquidas	(823)	1.127
• Subvenção governamental - ICMS	18.657	6.425
• Inovação tecnológica - "Lei do bem"	2.909	5.594
IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias não constituídos	(362)	38
Tributos no resultado	(13.235)	4.038
Corrente	(17.287)	-
Diferido	4.052	4.038
Alíquota efetiva	13%	(15%)

**27 Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A diretoria determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia a expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. Sendo que tais riscos são mitigados pela Gerência e diretoria da Companhia, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela Gerência Financeira e diretoria da Companhia, sendo que a Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros.

	2023	2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	50.340	89.676
Aplicação com restrição de movimentação	795	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	349.167	194.684
Depósitos judiciais	174	137
Partes relacionadas	1.700	4.400
Ativos ao custo amortizado	402.176	288.897
Passivos		
Fornecedores e outras contas a pagar	31.226	18.143
Passivo de arrendamento	63.812	3.901
Empréstimos e financiamentos	141.439	332.085
Partes relacionadas	10.316	10.300
Dividendos a pagar	1.538	501
Passivo ao custo amortizado	521.331	364.930
Os saldos classificados como instrumentos financeiros referem-se a: <b>• Caixa e equivalentes de caixa</b> - Incluem o caixa, os saldos em conta corrente e em aplicações financeiras, com valores disponíveis para realização na data de elaboração das demonstrações financeiras; <b>• Aplicação com restrição de movimentação</b> - Aplicações financeiras dadas em garantia em operações de crédito; <b>• Contas a receber de clientes/Contas a pagar a fornecedores</b> - Decorrem diretamente das operações da Companhia, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas; <b>• Partes relacionadas</b> - Decorrem diretamente das operações entre empresas do Grupo, registrados pelo seu valor original, deduzido de provisões para eventuais perdas; <b>• Empréstimos e financiamentos</b> - Contratações realizadas junto a instituições financeiras, registradas pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais; <b>• Outras contas a receber e outras contas a pagar</b> - Saldos decorrentes de outras transações; e <b>• Passivo de arrendamentos</b> - Saldos decorrentes de transações de arrendamentos com terceiros. <b>27.1 Gerenciamento de risco financeiro</b> - Os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas		

como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA - Provisão para crédito de liquidação duvidosa** - Conforme descrito nas Notas 4.2 e 6 às demonstrações financeiras, a estimativa de provisão para os créditos de liquidação duvidosa envolve elevado julgamento por parte da diretoria para determinar o nível de perda esperada para as contas a receber de clientes. A diretoria aplica a abordagem simplificada do CPC 48- Instrumentos Financeiros, para a mensuração dessa estimativa, e esse julgamento leva em consideração a avaliação de várias premissas e fatores externos e internos, tais como a natureza da operação de venda, as garantias existentes, a situação financeira dos clientes, as políticas de renegociação, o êxito obtido em renegociações concluídas, os níveis de perda confirmados em operações passadas, a análise do cenário atual e expectativas futuras dos segmentos em que atua, entre outros. Essa estimativa foi foca em nossos trabalhos de auditoria considerando que as variações nessas premissas e fatores utilizados pela diretoria podem alterar significativamente o valor da provisão para crédito de liquidação duvidosa, com o consequente impacto nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, a reconciliação dos relatórios auxiliares para a preparação das demonstrações financeiras com as informações utilizadas pela diretoria para o cálculo dessa estimativa, bem como a realização de testes documentais para garantir a integridade e a acuracidade das informações utilizadas. Realizamos procedimentos de confirmação das informações com terceiros e verificamos os dados internos que evidenciam o resultado obtido em renegociações realizadas pela Companhia, bem como que evidenciam as garantias sobre os créditos, perdas efetivas apuradas no exercício e em exercícios passados. Avaliamos que os percentuais de perda esperada, considerados pela diretoria, para o cálculo dessa estimativa estavam devidamente fundamentados nos fatores internos e externos disponíveis, e

de avaliações. O gerenciamento, controle e gestão dos riscos são de responsabilidade da área de Tesouraria. Identificado o risco, o responsável pela Tesouraria precisa e atua de forma a zerar possíveis impactos no resultado da Companhia. Os riscos são mensurados analisando as tendências de mercado e especialmente para as *commodities* são considerados a expectativa de plantio e realização da produção e as expectativas futuras de preços, o que determinará possíveis posições compradas. A Companhia demonstra as seguintes exposições aos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **• Risco de crédito**; **• Risco de liquidez**; e, **• Risco de mercado**. Essa nota apresentará informações sobre a exposição a cada um dos riscos supracitados, descrevendo os objetivos, as práticas e os processos de mensuração e gerenciamento dos mesmos. **(a) Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a contraparte de um instrumento financeiro não conseguir cumprir com suas obrigações contratuais, que podem surgir principalmente junto aos recebíveis de clientes. Quanto às obrigações junto a instituições financeiras, a Companhia possui operações de empréstimos e financiamentos com saldos devedores significativamente superiores aos em conta corrente ou em aplicações financeiras. A diretoria considera que a concentração de risco de crédito das contas a receber é minimizada devido a pulverização da carteira de clientes junto aos produtores rurais. A Companhia avalia o crédito do cliente considerando o histórico de bom relacionamento, indicadores de liquidez, bem como a capacidade de pagamento à Companhia, somada a solicitação de garantias conforme divulgado na Nota 19. Em janeiro de 2023, com base nestes critérios, a Companhia estabeleceu uma política de crédito. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco do crédito na data das demonstrações financeiras s era a seguinte:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	50.340	89.676
Aplicação com restrição de movimentação	795	-
Contas a receber de clientes e outros créditos	349.167	194.684
Ativos ao custo amortizado	400.302	284.360
<b>(b) Risco de liquidez</b> - O risco de liquidez é o risco de escassez de recursos para liquidar obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado no objetivo de garantir que a Companhia tenha recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros na data de vencimento. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pela Gerência Financeira. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo-se em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais por no mínimo 12 meses. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, correspondentes ao valor nominal das parcelas a serem pagas em cada faixa de vencimento.		
	2023	2022
Até 12 meses		
Fornecedores e outras contas a pagar	31.226	18.143
Passivo de arrendamento	16.735	2.284
Empréstimos e financiamentos	170.946	104.797
Dividendos a pagar	1.538	501
No circulante	220.445	125.725
De 2 a 6 anos		
Passivo de arrendamento	97.227	1.617
Empréstimos e financiamentos	383.555	227.288
Partes relacionadas	10.316	10.300
No não circulante	491.098	239.205

**(c) Risco de mercado - (i) Risco de taxa de juros** - O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. Como política, as aplicações e parte significativa dos empréstimos e financiamentos são indexados a taxas pós-fixadas (Certificado de Depósito Interbancário - CDI), representando um *hedge* natural entre os saldos. O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos. Além disso, a diretoria monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. Ademais, a Companhia tem parte de sua dívida bancária atualizada por taxas de juros pré-fixadas e pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI médio previsto para o prazo de vigência das operações. **(ii) Risco de moeda** - A Companhia possui ativos denominados em moeda estrangeira, conforme mencionado na Nota 6. O risco de moeda é acompanhado regularmente pela Tesouraria e a diretoria entende que o não é necessário contratar instrumentos financeiros para sua mitigação dado o baixo impacto sobre os saldos de contas a receber. **(d) Risco operacional** - Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficiência de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam a iniciativa e criatividade. A principal responsabili-

confirmamos que as informações de mercado para os segmentos em que a Companhia atua foram considerados na definição dos referidos percentuais. Confirmamos que os critérios utilizados para determinar o valor da provisão estão de acordo com os critérios definidos na política contábil aprovada pela Companhia, bem como executamos o recálculo dos montantes apurados para confirmar a exatidão matemática do referido procedimento. Por fim, realizamos a leitura das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e procedimentos aplicados pela diretoria, bem como as premissas utilizadas no cálculo provisão para crédito de liquidação duvidosa e as divulgações realizadas nas notas explicativas são consistentes com os dados e informações obtidos. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** - A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretora pelas demonstrações financeiras** - A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sem-

dade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída a alta diretoria. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a diretoria de riscos operacionais nas seguintes áreas: **•** exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; **•** cumprimento de exigências regulatórias e legais; **•** desenvolvimento de planos de contingência; **•** treinamento e desenvolvimento profissional; **•** padrões éticos e comerciais; e **•** mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. A existência de sistemas de informação integrados e integridade apoiam a diretoria na mitigação dos riscos da operação por meio da implementação de processos padronizados e automatizados. **27.2 Gestão de capital** - Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de garantir a existência de recursos suficientes para investimentos necessários para a continuidade do seu negócio e de garantir a liquidez necessária para suas atividades. Os recursos administrados para os investimentos nos ativos fixos da Companhia, requeridos para a dinâmica de seu constante crescimento e renovação, são obtidos de recursos captados em linhas de financiamento de longo prazo e de geração de caixa da Companhia. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida corresponde ao total de empréstimos, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total corresponde à soma do patrimônio líquido. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 da Companhia estão assim sumarizados:

	2023	2022
Total de passivo de arrendamento	63.812	3.901
Total dos empréstimos e financiamentos	414.439	332.085
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(50.340)	(89.676)
(-) Aplicação com restrição de movimentação	(795)	-
Dívida líquida (A)	427.116	246.310
Patrimônio líquido (B)	169.164	89.749
Índice de alavancagem financeira - (A) / (B)	2,52	2,74

**28 Cobertura de seguros** - A cobertura de seguros, por natureza, em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em reais é como segue:

Bens segurados	Riscos cobertos	Limite de cobertura	
		2023	2022
Edifício, máquinas, equipamentos e instalações industriais	Incendio, acidentes ambientais, explosão de qualquer natureza, furtos e outros	134.251	67.936
Veículos	Danos materiais, corporais e morais	21.390	22.260
Seguro Garantia FINEP	Seguro de crédito Finep	14.015	14.015
Responsabilidade Civil	Perdas indenizáveis devido a terceiros decorrente de uma relação	20.000	10.000
Seguro de Vida em Grupo (RH)	Morte, morte acidental, invalidez permanente por acidente, invalidez por doença - por colaborador	510	510
Seguro Prestamista	Garante a quitação ou amortização da dívida na hipótese de óbito ou de invalidez permanente total por acidente dos sócios, mortes e invalidez permanente total por acidente.	2.000	-
Seguro de Crédito	Seguro de Crédito	241.152	-

**29 Eventos subsequentes - Pagamento de benefícios a empregados** - Em janeiro de 2024, em decorrência do evento de liquidez mencionado no item (a) acima, foram pagos R\$ 3.656 a título de ações virtuais aos beneficiários do plano divulgado na nota 4.13. **Captação FDIC** - Em janeiro de 2024, a Companhia concluiu uma captação de R\$ 100.000 por meio de um fundo de investidores em direitos creditórios (FIDC). O recurso vai apoiar a companhia no financiamento das compras de insumos de seus clientes, hoje em sua maioria revendas, além de produtores rurais. **Lei 14.789/23**: Em 29 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei 14.789/23 que trouxe como principais efeitos: (i) a tributação de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre os Incentivos Fiscais de ICMS; (ii) alteração na base de cálculo dos Juros sobre Capital Próprio e; (iii) Crédito Fiscal de subvenção para investimento, que corresponderá ao produto das receitas de subvenção e da alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) relativa ao IRPJ, apurados sobre as despesas de depreciação e amortização, relativas à implantação ou à expansão do empreendimento econômico, e que tenham sido computadas na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. Por tratar-se de matéria recente e que ainda permanecem substanciais dúvidas, a Administração da Companhia está acompanhando e avaliando os possíveis impactos em suas demonstrações financeiras.

**Diretoria**

**Antonio Carlos Zem** - Presidente

**Guilherme Caldeira Carneiro** - Diretor Financeiro

**Daniela Vizzotto** - Contadora – CRCRS 065893/O-7 T-PR

pre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. **•** Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 16 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers Rodrigo de Camargo

Auditor Independente Ltda. Contador

CRC 2SP027654/F-4 CRC 1SP219767/O-1

BUSCHLE - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS S.A

CNPJ - 84.684.497/0001-02

Balanco Patrimonial - Encerrado Em 31/12/23 (Em milhares de reais)

Demonstração do Resultado (em milhares de Reais)

ATIVO CIRCULANTE 614

NÃO CIRCULANTE 238.760

TOTAL DO ATIVO 239.374

PASSIVO CIRCULANTE 43

NÃO CIRCULANTE 31

PATRIMÔNIO LÍQUIDO 239.300

TOTAL DO PASSIVO 239.374

Lucro Líquido 56.610

As Demonstrações Financeiras são auditadas por Muller & Frei Auditores Independentes S/S - CRCPR 6472/0-1 e encontram-se disponíveis aos Acionistas na sede social da Companhia.

DIRETORIA

Claudio Aníbal Buschle

Cristala Athanázio Buschle

Marcelo Schroeder Grubba

Contador

CRC (SC) 36.264/O-4

Anuncie suas atas e editais aqui, ligue:

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

TRIBUNA

TRIBUNA

QUER ANUNCIAR?

SEU NEGÓCIO NO IMPRESSO E NO DIGITAL

(41) 3515-8731

publicidadelegal@tribunadoparana.com.br

Esta página faz parte da edição 100% digital produzida pelo jornal Tribuna do Paraná



TBR080524 pdf

Código do documento c4a48bd9-b22d-45a9-951c-0416220615f6



## Assinaturas



EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105  
Certificado Digital  
tppubleg@tribunadoparana.com.br  
Assinou

## Eventos do documento

### 07 May 2024, 23:10:33

Documento c4a48bd9-b22d-45a9-951c-0416220615f6 **criado** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email:tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-05-07T23:10:33-03:00

### 07 May 2024, 23:11:07

Assinaturas **iniciadas** por EDITORA O ESTADO DO PARANA SA (d7977d86-df19-41d5-8598-d72d8b545190). Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. - DATE\_ATOM: 2024-05-07T23:11:07-03:00

### 07 May 2024, 23:11:49

**ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL** - EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105  
**Assinou** Email: tppubleg@tribunadoparana.com.br. IP: 191.177.143.96 (bfb18f60.virtua.com.br porta: 64324).  
Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=Certisign Certificadora Digital S.A.,OU=AC Certisign Multipla G7,OU=A1,CN=EDITORA O ESTADO DO PARANA SA:76568708000105. - DATE\_ATOM: 2024-05-07T23:11:49-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):a13ff2bb094ca458abdc7c97f3e7032b9a01bee9cb1d257614bca148d9235a06  
(SHA512):1f6f45406cfacbc40624c4e4f196f9053b7eee88d75e1c74cdc7fa442e89e807d9d3254e347290d1ce15c01edbd4242d02e367129345f522cdcdf524658d9e18

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**